



ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Publicado no Mural  
Secretaria Municipal de Educação,  
Cultura e Esporte

Lei 13/97

De 30/06/25 a 29/07/25

Ass. Teresinha dos Santos

Publicado nos sites

www.transparencia.buritis.ro.gov.br

www.diariomunicipal.com.br/AROM

Data 30/06/2025

RESOLUÇÃO Nº 003/CME/BTI/2025

*Dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 15.100/2025 no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Buritis Rondônia e estabelece diretrizes para a utilização de aparelhos celulares e eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino de Buritis/RO.*

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BURITIS/RO, no uso de suas atribuições legais expressas no seu Regimento Interno e tendo em vista o disposto na Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 9.394/96, e

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 3.614, de 15 de setembro de 2015, que altera a ementa e acrescenta dispositivo à Lei Estadual nº 1.989 de 26 de novembro de 2008;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 1989, de 26 de novembro de 2008, que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular nas escolas do Estado;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025, que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB Nº 2, de 21 de março de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática;

CONSIDERANDO a Portaria nº 4841 de 25 de abril de 2025, que dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 15.100/2025 no âmbito da Rede Estadual de Ensino de Rondônia e estabelece diretrizes para a utilização de aparelhos celulares e eletrônicos portáteis pessoais nas unidades escolares da Rede Estadual Pública de Ensino.

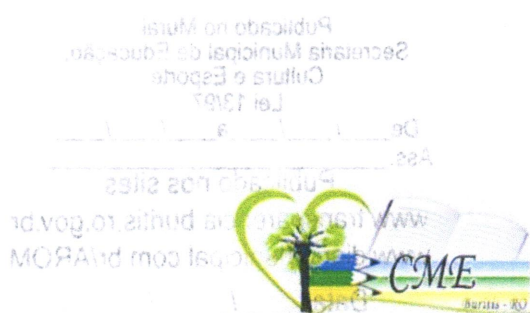
**RESOLVE:**

**Art. 1º** Regulamentar as Diretrizes Operacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e a integração curricular de educação digital e midiática, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas unidades escolares na organização da rotina escolar e curricular, restringindo o uso de celulares e dispositivos eletrônicos portáteis pelos estudantes durante as aulas, intervalos, recreios e atividades escolares.

**Art. 2º** Considerando os conceitos estabelecidos na Resolução CNE/CEB nº 2, de 21 de março de 2025, esta Resolução define como:

I – dispositivos digitais: aparelhos eletrônicos que utilizam tecnologia digital para processar, armazenar e transmitir informações, podendo compreender computadores, celulares, notebooks, tablets, kits de robótica, kits de audiovisual (que incluem câmeras digitais e outros recursos de suporte de vídeo e áudio), relógios inteligentes, entre outros;





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

II – educação digital escolar: conjunto de competências, habilidades e conhecimentos necessários ao pleno exercício da cidadania digital na contemporaneidade, estruturando-se a partir dos eixos de cultura digital, mundo digital e pensamento computacional, considerando os desafios e potencialidades da era digital relativos aos direitos digitais e inclusão digital, as dinâmicas sociais mediadas pela tecnologia e as transformações no mundo do trabalho;

III – educação midiática: prática que possibilita a leitura crítica do mundo, incluindo a relação com a cultura, a formação da identidade e a análise crítica das mídias como instrumentos que moldam as formas de ser, compreender e agir na sociedade contemporânea, possibilitando uma análise das informações recebidas pelos mais diferentes suportes, bem como a produção de conteúdo de forma ética e responsável;

IV – pensamento computacional: habilidade de compreender, analisar, definir, modelar, resolver, comparar e automatizar problemas e suas soluções de forma metódica e sistemática, por meio do desenvolvimento da capacidade de criar e adaptar algoritmos, aplicando fundamentos da computação para alavancar e aprimorar a aprendizagem e o pensamento criativo e crítico nas diversas áreas do conhecimento; e

V – educação digital e midiática: área interdisciplinar que inclui as competências previstas na BNCC relativas ao uso de tecnologias, comunicação, reflexão e análise de informações e mídias, cultura digital, mundo digital e pensamento computacional, em consonância com as indicações do eixo de Educação Digital Escolar da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023.

**Art. 3º** Dispor sobre a utilização de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, inclusive telefones celulares, por estudantes nos estabelecimentos públicos de ensino da educação básica, com o propósito de preservar a saúde mental, física e emocional de crianças, estimulando o processo participativo e responsável, potencializando os benefícios do uso pedagógico das tecnologias e promovendo um ambiente escolar saudável, inclusivo e propício à aprendizagem.

**Art. 4º** Restringir o uso de celulares e equipamentos eletrônicos durante as aulas, recreios, intervalos entre as aulas e demais atividades desenvolvidas no âmbito das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

**Parágrafo único.** A restrição estender-se-á para as Etapas da Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e suas modalidades de Ensino e formas de atendimento.

**Art. 5º** A restrição do uso de celulares e dispositivos eletrônicos nas escolas cessará quando sua utilização estiver voltada para o desenvolvimento de atividades pedagógicas planejadas e supervisionadas pelos professores; em situações de acessibilidade ou inclusão em que se faça necessário o uso desses dispositivos; para atender às condições de saúde dos estudantes, desde que devidamente justificados por meio de laudo médico assinado por profissionais da área e comunicados à escola.

**Art. 6º** Compete a esta Secretaria Municipal da Educação estabelecer políticas públicas sobre o uso dos dispositivos digitais, em conformidade com as legislações federais e estaduais vigentes, assegurando que tais diretrizes preservem o foco no processo de ensino-aprendizagem e promovam a construção de uma convivência social saudável.







**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 7º** Compete a Secretaria Municipal de Educação acompanhar a implementação dessas políticas nas unidades escolares sob sua jurisdição, oferecendo orientações técnico pedagógicas, promovendo o diálogo com a comunidade escolar e assegurando o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela secretaria, de modo a garantir um ambiente escolar inclusivo, seguro e comprometido com o desenvolvimento integral dos estudantes.

**Art. 8º** Compete à unidade escolar, no âmbito de sua autonomia e em consonância com esta Resolução:

I – elaborar, com a participação da equipe escolar, normas internas que regulamentam o uso de aparelhos eletrônicos portáteis, inclusive telefones celulares, considerando as diretrizes pedagógicas e os princípios de convivência saudável no ambiente escolar que devem constar em seu Regimento Escolar.

II – promover campanhas educativas e ações formativas com estudantes, famílias e profissionais da educação sobre o uso consciente e responsável das tecnologias digitais no contexto escolar;

III – garantir o uso pedagógico dos dispositivos tecnológicos, sob orientação e supervisão dos professores, em atividades previamente planejadas na Proposta Pedagógica da escola;

IV – estabelecer protocolos para situações de uso inadequado dos aparelhos, respeitando os princípios da mediação de conflitos e do direito à educação;

V – registrar em ata do Conselho Escolar e do Conselho de Classe as deliberações referentes à regulamentação e acompanhamento do uso de celulares no ambiente escolar; e

VI – estabelecer canais eficazes de comunicação com as famílias, garantindo que os responsáveis possam acompanhar de perto a rotina escolar dos estudantes.

**Art. 9º** Cabe aos coordenadores pedagógicos o incentivo e apoio aos professores para o desenvolvimento de práticas inovadoras que integrem dispositivos eletrônicos ao aprendizado de maneira equilibrada e efetiva.

**Art. 10** Cabe aos orientadores educacionais a mediação para o uso consciente das tecnologias, promovendo mobilização e sensibilização junto aos estudantes, famílias e equipe escolar, bem como o compromisso em fomentar uma cultura que valoriza o uso responsável das tecnologias por todos os estudantes, fortalecendo o compromisso coletivo com um ambiente escolar saudável e produtivo.

**Art. 11** É necessário que os procedimentos sobre o uso de celulares e dispositivos eletrônicos no ambiente escolar sejam amplamente divulgados e adaptados às particularidades de cada comunidade, promovendo um alinhamento claro e consistente entre escola e família.

**Art. 12** Caberá à Gestão escolar dar ciência a todos os servidores de que está proibido o uso do celular durante o expediente na presença dos estudantes, exceto quando em atividades didáticas.

**Art. 13** Os professores e demais profissionais da escola devem evitar o uso de dispositivos eletrônicos em sala de aula, salvo para fins pedagógicos ou de gestão.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

§ 1º As equipes gestoras das escolas da rede municipal devem mobilizar a comunidade escolar para definir e orientar sobre os procedimentos de proteção dos dispositivos eletrônicos, além de estabelecer diretrizes pedagógicas em caso de descumprimento. É essencial que todas as decisões sejam formalizadas, garantindo clareza e comprometimento por parte de todos.

§ 2º Devem ser realizados os registros nos Regimentos Escolares Internos, acerca dos procedimentos relacionados ao uso de celulares e dispositivos eletrônicos no ambiente escolar.

**Art. 14** Os estabelecimentos de ensino devem incluir nas Propostas Pedagógicas e nas práticas pedagógicas ações que promovam a cidadania digital e o uso ético da tecnologia. Essas ações devem abordar temas:

- I – segurança digital e privacidade;
- II – combate à desinformação e equilíbrio no uso das telas;
- III – capacitar os estudantes a utilizar as tecnologias de forma crítica, ética e produtiva, preparando-os para os desafios de uma sociedade conectada.

**Parágrafo Único.** A Secretaria Municipal de Educação ofertará formação continuada aos educadores, com o objetivo de capacitá-los para uso pedagógico das tecnologias digitais.

**Art. 15** Será possibilitada a utilização do celular para:

- I – fins pedagógicos e didáticos;
- II – garantia da acessibilidade;
- III – garantia da inclusão;
- IV – atendimento às condições de saúde dos estudantes;
- V – garantia dos direitos fundamentais;
- VI – na chegada ou saída do estudante, antes do início ou término da aula.

**Parágrafo único.** Nos casos previstos no caput, o celular será mantido junto aos pertences pessoais do estudante.

**Art. 16** Os celulares para fins pedagógicos e didáticos deverão constar no planejamento do professor e contar com a ciência da Equipe Gestora.

**Art. 17** A utilização de celulares pelos estudantes nas situações previstas nos incisos II a VI do artigo 15 desta Resolução, ficará condicionada ao pedido dos responsáveis e à análise da Equipe Gestora.

**Parágrafo único.** Para o deferimento ou não do pedido mencionado no “caput”, a Equipe Gestora poderá solicitar a comprovação da necessidade do estudante.

**Art. 18** A Equipe Gestora e o Conselho de Escola, deverão promover ações de divulgação e conscientização dos estudantes e familiares quanto aos prejuízos e distúrbios causados pelo uso excessivo do celular.

**Art. 19** Na hipótese do uso de celular em situações não previstas no artigo 15 desta Resolução, caberá ao professor solicitar ao estudante que:





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- I – desligue e guarde o dispositivo junto aos seus pertences; ou
- II – desligue e o entregue à gestão escolar, e neste caso, o celular será devolvido ao estudante no final do período de aula.

§ 1º Ocorrendo uma das hipóteses previstas neste artigo, caberá ao professor informar imediatamente a equipe gestora, para providências e registro da ocorrência.

§ 2º Mediante a reincidência do uso de celular sem autorização, os responsáveis serão convocados para ciência dos fatos, conhecimento das restrições, e do descumprimento das medidas estabelecidas no Regimento Escolar Interno da Escola.

**Art. 20** Caberá às Equipes Gestora, Docente e de Apoio a divulgação do número de telefone que deverá ser utilizado pelos pais e responsáveis quando houver necessidade de se comunicar com os estudantes.

**Art. 21** O conteúdo desta Resolução deverá ser amplamente tratado nas reuniões de pais e responsáveis, entre outras atividades desenvolvidas pela escola.

**Art. 22** As Equipes Gestoras, em acordo com o Conselho de Escola, poderão elaborar normas complementares no que concerne à utilização dos celulares pelos estudantes, bem como deliberar sobre casos omissos e do cotidiano de cada unidade, respeitando a legislação atinente ao tema.

**Art. 23** A valorização do uso pedagógico das tecnologias deve estar atrelada ao desenvolvimento integral dos estudantes, garantindo um ambiente educacional equilibrado e alinhado às demandas do século XXI.

**Art. 24** Durante o recreio dirigido, às unidades escolares da rede pública de ensino do município deverão promover Atividades Interativas, com o objetivo de oferecer ações que estimulem a convivência social, a criatividade e o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais dos estudantes.

§ 1º O Recreio dirigido incluirá a disponibilização de jogos pedagógicos variados, como xadrez, dama, dominó e outros jogos que favoreçam o raciocínio lógico, a concentração e o trabalho em equipe.

§ 2º As unidades escolares promoverá atividades interativas no recreio dirigido, como:

- I – espaço musical, permitindo a interação dos estudantes com música, por meio de instrumentos, canto coletivo ou apresentações espontâneas;
- II – rodas de conversa, visando à troca de experiências, diálogos sobre temas de interesse dos estudantes e a promoção da empatia e do respeito mútuo;
- III – atividades lúdicas que incentivem a criatividade, a expressão artística e o fortalecimento dos laços entre os membros da comunidade escolar.

§ 3º As atividades do Recreio dirigido deverão ser planejadas e organizadas pelo professor da turma, acompanhadas pelo coordenador pedagógico, para garantir que sejam inclusivas e atrativas a todos.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Art. 25** Os responsáveis pela Aplicação da norma são:

- I – Gestor Escolar: responsável por garantir a implementação e fiscalização das normas estabelecidas nesta Resolução, orientando a equipe pedagógica e os estudantes;
- II – Orientadores Educacionais: responsáveis por acompanhar a aplicação das medidas e mediar eventuais conflitos decorrentes do uso inadequado dos dispositivos eletrônicos portáteis;
- III – Professores: responsáveis por aplicar e reforçar as regras dentro das salas de aula, autorizando o uso dos aparelhos somente para atividades pedagógicas;
- IV – Equipe Administrativa e Secretaria Escolar: apoio na mobilização e sensibilização no ambiente escolar;
- V – Os pais e os responsáveis: corresponsáveis pela orientação dos estudantes sobre a importância da restrição do uso de celulares no ambiente escolar, devendo colaborar com as normas da escola.

**Art. 26** O descumprimento das normas estabelecidas nesta Resolução quanto ao uso de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais no ambiente escolar acarretará a aplicação das seguintes medidas disciplinares, que deverão constar no Regimento Escolar Interno de cada unidade de ensino:

- I – Primeira Ocorrência: O estudante receberá advertência verbal, acompanhada de orientação pedagógica sobre as normas da escola e os impactos do uso inadequado do dispositivo e o ocorrido será registrado internamente pela equipe escolar.
- II – Segunda Ocorrência: O estudante será advertido por escrito, e o aparelho celular e/ou eletrônico portátil será retido na direção escolar, sendo devolvido ao final da aula. O responsável legal será comunicado sobre a reincidência.
- III – Terceira Ocorrência: O estudante será novamente advertido por escrito, e o aparelho celular e/ou eletrônico portátil somente será devolvido aos pais e/ou responsáveis legais, mediante comparecimento à escola para ciência da reincidência e reforço das orientações.

**Art. 27** As unidades escolares deverão implementar estratégias para mobilização e sensibilização sobre:

- I – os impactos do uso excessivo de telas na saúde mental dos estudantes;
- II – a prevenção do sofrimento psíquico relacionado ao uso imoderado de dispositivos móveis;
- III – o estímulo ao uso responsável da tecnologia no ambiente escolar.

**Art. 28** A fiscalização e cumprimento desta Resolução é de responsabilidade dos gestores escolares e da equipe pedagógica.

**Art. 29** O descumprimento às restrições de uso de celulares e equipamentos eletrônicos durante as aulas, recreios, intervalos entre as aulas e demais atividades desenvolvidas no âmbito das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, caberá à escola adotar medidas educativas e orientadoras em conformidade com seu regimento escolar interno, garantindo a conscientização dos estudantes.

**Art. 30** A Secretaria Municipal de Educação deverá expedir normas complementares a esta Resolução para seu Sistema de Ensino.





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**Art. 31** Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação.

**Art. 32** Esta Resolução entra em vigor na data de sua homologação e publicação.

Buritis/RO, 26 de junho de 2025.

**Valdelice Rodrigues de Passos**  
Presidente do CME

**Patricia Lopes Silveira**  
Vice-Presidente do CME

**Joacir Pereira da Silva**  
Conselheiro Titular

**Roseneide R. de Souza C. Alves**  
Conselheira Titular

**Egly da Costa Freitas**  
Conselheiro Titular





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BURITIS  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CNPJ:01.266.058/0001-44

RUA THEOBROMA SETOR 02, BURITIS-RO - CEP 76.880.00 - FONE:3238-2487

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **ROSENEIDE RODRIGUES DE SOUZA CALAZANS**, CPF: 350.41\*. \*\*2-\*0 em 30/06/2025 10:18:55, Cód. Autenticidade da Assinatura: 10U3.5E18.0554.258X.8234, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **EGLY DA COSTA FREITAS - CONSELHEIRO TITULAR**, CPF: 708.27\*. \*\*2-\*5 em 30/06/2025 08:38:21, Cód. Autenticidade da Assinatura: 08R7.8A38.421X.A55K.1180, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **PATRICIA LOPES SILVEIRA**, CPF: 811.83\*. \*\*2-\*4 em 30/06/2025 07:50:58, Cód. Autenticidade da Assinatura: 07Z6.5450.8584.E21H.7067, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **JOACIR PEREIRA DA SILVA - CONSELHEIRO TITULAR**, CPF: 852.72\*. \*\*1-\*2 em 27/06/2025 14:16:31, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1486.7916.2317.617X.7847, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **VALDELICE RODRIGUES DE PASSOS - PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME**, CPF: 622.10\*. \*\*2-\*3 em 27/06/2025 13:51:52, Cód. Autenticidade da Assinatura: 13A5.7E51.352E.286A.1565, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.F5A.470** - Tipo de Documento: **RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME - Nº 3/2025.**

Elaborado por **VALDELICE RODRIGUES DE PASSOS**, CPF: 622.10\*. \*\*2-\*3, em 27/06/2025 - 13:51:52

Código de Autenticidade deste Documento: 1337.6V51.152H.757X.2178



A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.buritis.ro.gov.br/verdocumento>

